

O Brasil na cooperação Sul-Sul: a América do Sul, África e BRICS.

O campo das relações internacionais tem sido marcado, desde seu advento, pela dualidade cooperação versus conflito. A questão de fundo que acompanha essa área de estudo pode ser sintetizada na seguinte pergunta: dadas as condições específicas do ambiente internacional, marcado pela ausência de um Estado e de um governo comum, em que medida os Estados podem cooperar? O interesse deste estudo está voltado especificamente para a posição do Brasil nesse cenário, isto porque há uma lacuna no conhecimento a respeito do crescimento das atividades de cooperação brasileira no exterior, o que tem apontado para a necessidade de maior sistematização e reflexão acerca do tema no país. Diferente daquela cooperação praticada pelos países do Norte, sob a regulamentação da OCDE, existem ainda no Brasil lacunas quanto orientações políticas oficiais acerca dos objetivos, prioridades e critérios de distribuição (temática, geográfica ou temporal) dos recursos para a cooperação para o desenvolvimento internacional.

Sabe-se que uma característica da cooperação brasileira é a natureza segmentada do quadro institucional. A cooperação brasileira desenvolveu-se ao longo do tempo de forma descentralizada, com mais de uma centena de instituições brasileiras do governo federal, operando e disponibilizando expertise em setores diversos, de acordo com as demandas de países em desenvolvimento. Tendo em vista responder à complexidade temática e territorial deste estudo, o projeto está concebido a partir de quatro eixos:

- (1) Contempla estudos sobre relações de cooperação na América do Sul. Visa analisar a inserção da América Latina no contexto das transformações da política internacional pós-1990;
- (2) Trata das relações de cooperação do Brasil com a África. Propõe estudar diversas políticas da diplomacia brasileira nas últimas décadas sobre a relação do país com aquele continente.
- (3) Contempla as relações Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul - BRICS, visando a produzir conhecimentos sobre uma articulação geopolítica de relevância crescente, tendo por foco a educação;
- (4) Contempla o estudo da atuação dos países emergentes em organizações internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas. Propõe pesquisar as negociações, deliberações e agendas da ONU no plano multilateral das temáticas dos direitos humanos e meio ambiente. Os quatro eixos permitem uma integração teórica e metodológica para construir um conhecimento mais sistemático e analítico sobre a capacidade de interação do Brasil com atores internacionais tão diversos.